

Guiné-Bissau: o impasse continua

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Como era esperado há algum tempo, o Presidente da República, José Mário Vaz, demitiu hoje o primeiro-ministro, Carlos Correia, mas não dissolveu a Assembleia Nacional Popular.¹ Com esta medida, o Presidente da Guiné-Bissau contrariou a vontade do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que havia defendido eleições legislativas antecipadas.²

José Mário Vaz justificou a sua decisão de demitir o Executivo afirmando que o mesmo “não dispõe de apoio maioritário”, num contexto de grave crise política que coloca em causa o normal funcionamento das instituições políticas.

No decreto que demite o Governo, o Presidente destaca o facto de o Executivo empossado há mais de sete meses não ter sido capaz de “entrar em plenitude de funções” e de não dispor de “um programa aprovado”.³ Recorde-se igualmente que o Parlamento não funciona desde Janeiro de 2016, altura em que 15 deputados do PAIGC se

amotinaram, passando a apoiar o Partido da Renovação Social (PRS) na oposição.

José Mário Vaz decidiu, no entanto, não dissolver o Parlamento, alegando “não haver condições financeiras e ser desaconselhado” avançar para eleições e por essa via dando ao PAIGC a oportunidade de formar um novo Executivo.

O que o Presidente não explicita são os motivos que o levaram a pensar que é possível encontrar, na actual legislatura, um mínimo de estabilidade política. Não se percebe como é que, mantendo tudo na mesma, os resultados políticos serão diferentes. Acresce que José Mário Vaz arrisca-se a ser desautorizado quando alega não existirem condições financeiras para convocar novas eleições legislativas.

Nas actuais circunstâncias, o braço de ferro entre o Presidente e o PAIGC está para durar e sem solução aparente à vista. Nesta altura, não é ainda claro que Governo emergirá desta crise, mas em todo o caso é evidente—como referi anteriormente⁴—que a crise política apenas se começará a resolver com

1 “Decreto presidencial demite Governo da Guiné-Bissau” (*Lusa*, 12 de Maio de 2016).

2 “Partido no poder na Guiné-Bissau quer eleições gerais antecipadas” (*Lusa*, 9 de Maio de 2016).

3 “Decreto presidencial demite Governo da Guiné-Bissau” (*Lusa*, 12 de Maio de 2016).

4 Paulo Gorjão, “Eleições são a única saída para a crise na Guiné-Bissau, diz analista” (*IPRIS Comentário*, No. 44, 21 de Abril de 2016).

eleições antecipadas. Note-se, no entanto, que as futuras eleições são uma condição necessária para resolver o quadro de crise instalado, mas não suficiente.

Isto dito, sendo o desfecho das eleições legislativas uma previsível renovação da legitimidade política e eleitoral do PAIGC, o grande perdedor da clarificação seria José Mário Vaz, ele que tem sido desde que foi eleito o foco central de instabilidade na Guiné-Bissau. Por isso, a decisão que hoje tomou, independentemente da sua justificação pública, decorre certamente—ou também—deste cálculo.

Os dados há muito tempo que estão à vista de todos os observadores e analistas: a Guiné-Bissau necessita urgentemente de uma revisão constitucional que coloque um ponto final no seu sistema semi-presidencialista. Como a realidade se tem vindo a encarregar de o demonstrar, a existência de dois pólos de poder político legitimados pelo voto é uma fonte reiterada de problemas sem vantagens aparentes.

Entretanto, enquanto o impasse não se resolve, resta esperar até que uma nova faúlha faça alastrar a próxima crise política. Certamente não demorará muito tempo.

IPRIS
Comentário
53

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.